

PÃO, MORADIA E TRABALHO: A PASTORAL OPERÁRIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO¹

Ana Carolina Ronchi²

Resumo

Este trabalho visa discutir sobre os diversos movimentos sociais que surgem no estado do Espírito Santo ao longo da segunda metade do século XX. Inseridos em um contexto político de censura e repressão, graças à ditadura civil-militar instaurada no país, militantes encontraram dentro da Igreja Católica espaço de debate e luta contra o golpe e as diversas mazelas que atingiam a população no período. Aliados à Pastoral Operária, foram criados informes e boletins que denunciavam as precariedades da vida na metrópole. Por meio da história oral, atores sociais auxiliam a compreender este complexo período marcado pelas diversas frentes de luta em nosso país e no estado capixaba.

Palavras-chave

Igreja Católica; Industrialização; Pastoral Operária; Movimentos Sociais; Espírito Santo

De um Espírito Santo agrário rumo à industrialização

Recorrer à História Oral perpassa pela tentativa de dar voz a atores sociais. Especialmente aqueles tidos como invisíveis nos documentos e nos discursos midiáticos. Neste trabalho, especificamente, optou-se por discutir sobre a Pastoral Operária no estado do Espírito Santo e como esta organizou e mobilizou os indivíduos (ligados ou não à Igreja) para as mais diversas demandas que surgiam ao longo da segunda metade do século XX - como as insalubridades no ambiente de trabalho, as precariedades das moradias ou a própria luta pela redemocratização no país.

Entender a Pastoral Operária capixaba desdobra-se por visualizar o processo de urbanização do estado do Espírito Santo. Este, ao contrário dos seus estados vizinhos da Região Sudeste, esteve até o início dos anos de 1960 apoiado sobre uma estrutura agroexportadora, fortemente vinculada pela pequena propriedade familiar e tendo o café como

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “História Oral, Mundos do Trabalho e Movimentos Sociais” durante o 15º Encontro Regional Sudeste de História Oral: Memória Corpo Mundo. O trabalho foi realizado com financiamento da Capes (bolsa de doutorado).

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Graduanda em História e Mestre em Comunicação e Territorialidades pela mesma instituição. Jornalista pela Universidade Vila Velha. E-mail: ronchianacarolina@gmail.com.br.

principal produto. Assim, a maioria da população vivia na zona rural e a distribuição demográfica em todo o território era desigual e esparsa.

Embora houvesse tentativas nas décadas anteriores, o processo de industrialização no Espírito Santo se consolidou apenas na segunda metade dos anos de 1970, com os chamados Grandes Projetos Industriais. O desenvolvimento industrial da Região Metropolitana da Grande Vitória resultou de uma série de incentivos diretos do governo federal a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o PND, que visava estimular a industrialização em áreas fora do eixo Rio-São Paulo.

Outro elemento significativo foi o interesse de capitais externos em determinados setores, como o do aço e da celulose. Dessa forma, durante a década de 1970 grandes indústrias, como a Companhia Siderúrgica de Tubarão (atualmente Arcelormittal) e a Aracruz Celulose (atualmente Fibria), iniciaram suas atividades. A instauração de grandes indústrias somadas à política de erradicação dos cafezais mudou drasticamente as estruturas urbanas do estado.

Como salientam Carlos Campos Júnior e Thalismar Gonçalves (2009, p. 72), a concentração de atividades econômicas na Grande Vitória, veio acompanhada de um elevado crescimento demográfico, que tem ocorrido desde a década de 1960. Exemplo dessa afirmação segundo os autores é que, em 1960 a Grande Vitória abrigava 194.314 habitantes. Já em 1991 esse número chegou a 1.064.919.

Maria Cristina Dadalto e Madson Gonçalves da Silva (2005, p. 741) reforçam que os movimentos migratórios, a partir de 1960, se delineiam, principalmente, sobre a chamada “ilusão migratória”, ou seja, a migração, possui relação com a ascensão social. Assim, esses fluxos acabam sendo definidos por algumas variáveis como: excedente de mão de obra (muitas vezes desqualificada); fortes investimentos na área industrial; a cultura migratória nacional; e a divulgação pelos meios de comunicação. A Grande Vitória a partir da década de 1960 passou assim, a receber não só capixabas vindos do interior, mas também brasileiros de outros estados - todos em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

À respeito dessa conjuntura, Carolina Santos e Vitor de Angelo (2019, p. 73) pontuam que o momento de industrialização do Espírito Santo está intimamente ligado ao discurso de legitimação do regime militar no estado. Para os autores, memórias das atrocidades cometidas pela ditadura, como a tortura, foram intencionalmente silenciadas e o golpe passa a ser visto como uma espécie de salvação econômica para o estado, especialmente em função do advento dos projetos industrializantes.

Dessa forma, os Grandes Projetos Industriais também geraram grandes esquecimentos devido a amnésia social que eles provocaram pela falsa ideia de crescimento econômico e de desenvolvimento. Embora tenham sido responsáveis por mudar as configurações das zonas rurais e urbanas capixabas e gerar empregos, não é possível deixar de citar as heranças negativas deixadas por esses grandes projetos. Pode-se citar, por exemplo, o crescimento desordenado da região metropolitana e a instalação dos bolsões de pobreza nas áreas urbanas.

Para Santos e Angelo (2019, p. 74), a elite econômica e política promoveu no Espírito Santo uma visão positiva do período militar com a propagação de ideias positivas sobre as ações do Estado e a atração de conglomerados econômicos para áreas estatais. Os autores salientam, contudo, que esse projeto de desenvolvimento industrial não foi acompanhado por políticas de planejamento urbano, capazes de receber essa população migrante.

O resultado foi o desenvolvimento de graves problemas de natureza socioeconômica. Essa é uma marca inequívoca do legado da modernização autoritária, que não planejou a inclusão social e produtiva desse contingente populacional, legando aos futuros governos problemas sociais de longa e de difícil resolução (SANTOS; ANGELO 2019, p.74).

Os atores sociais entrevistados para esta pesquisa vivenciaram o processo de industrialização no Espírito Santo. Ligados à Igreja Católica, encontraram dentro da Pastoral Operária espaço de escuta e, especialmente de reivindicação em um momento que o próprio reivindicar era proibido graças às censuras e à truculência militar.

Os anos de 1960 e 1970 ficaram marcados pela questão econômica - no Espírito Santo, com os Grandes Projetos Industriais. No Brasil, com o Milagre Econômico - mas foram também, sobretudo no ambiente eclesial, momento de renovação das práticas e visões dentro da Igreja Católica. Instituição tradicionalmente conservadora, atuando em favor das elites locais, esteve em 1964 ao lado dos militares, dos civis e demais instituições que defenderam o golpe militar no Brasil.

Com o passar da metade do século XX, as conferências e concílios ocorridos e, ao visualizar também o endurecimento do regime - tendo fiéis e agentes de sua hierarquia perseguidos e mortos pela ditadura -, a Igreja passa a ser um dos principais porta-vozes de denúncias, inclusive no interior. No próximo tópico veremos como essas mudanças influenciaram o jeito de ser Igreja no Brasil.

Do conservadorismo à luta pela justiça social: uma Igreja em mudanças

Olhar para a Igreja Católica no Brasil a partir dos anos de 1960 perpassa por compreender a importância do Concílio Vaticano II. A partir dele a Igreja passa por uma série de transformações no seu modelo de celebrar e em sua forma de ver e estar no mundo. Ele vai gestar também a “opção preferencial pelos pobres” que ganha mais força com os eventos ocorridos na América Latina, como o Conselho Episcopal Latino-Americano.

O Concílio Vaticano II, sob a orientação do papa João XXIII, teve início em Roma, no mês de outubro de 1962 e foi finalizado em dezembro de 1965. Este marco legitima e sistematiza novas orientações que são precursoras de uma nova era na história da Igreja. Mais do que uma receptora dos trâmites do Vaticano, a partir dos anos de 1960 teremos uma Igreja pensada no contexto da América Latina. Missas deixaram de ser celebradas em latim e o padre passou a celebrar de frente, e não mais de costas para a assembleia.

Sobre esse novo contexto da Igreja, Francisco Oliveira (1993, p. 12) pontua que durante os seis primeiros anos da década de sessenta, surgiram no Brasil as “pastorais do meio específico”. Ou seja, a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Independente Católica (JIC) e os movimentos eclesiais de base (MEB).

A Pastoral Operária, PO, surge então nesse contexto e, para Adailton Augusto (1998, p. 56), não há como dissociar o surgimento e a sedimentação da PO dos horizontes de conjuntura social, econômica, política e ideológica que eram vigentes no período. Isso porque, a base sócio-econômica do surgimento da Pastoral Operária está no período chamado desenvolvimentista. Augusto salienta “que os ventos estavam favoráveis ao advento de expressões de uma igreja popular”, especialmente após se estabelecerem importantes pilares como: o Concílio Vaticano II, a Teologia da Libertação, a Conferência de Medellín e a Conferência de Puebla.

A partir da segunda metade da década de 1970 é iniciado no Brasil uma transformação sociocultural em que a tomada de consciência do processo desigual gerado pelo capitalismo ganha força e expressão em diversos movimentos sociais, um deles foi a própria Pastoral Operária. Com o passar dos anos, ao longo da ditadura, os católicos progressistas passaram a criticar a desigualdade social gerada por um modelo econômico excludente das classes subalternas e todas as consequências que essa estrutura tinha sobre a vida dos indivíduos.

Luiz Silva (2020, p. 53) esclarece que as demandas eram múltiplas:

Por ora, a esquerda católica se encontra em outra frente de batalha. O enfrentamento não era apenas contra a ditadura, mas também contra a

opressão do capital em relação ao trabalho. É nesse contexto do enfrentamento da ditadura militar, das políticas econômicas neoliberais e da crítica ao imperialismo norte-americano que surge o movimento católico que dá origem à Pastoral Operária.

Aos poucos, o próprio debate sobre a necessidade de uma articulação entre os trabalhadores do campo e da cidade foi sendo enfatizado. Assim, a Pastoral Operária deveria compreender o universo da classe trabalhadora de uma maneira ampla. No Espírito Santo e no restante do país as demandas eram as mais variadas como, por exemplo: o desemprego, os sindicatos de pelegos, as condições insalubres de trabalhos e as precariedades que influenciavam a vida como um todo - transportes, moradias, etc.

Silva (2020, p. 60) pontua que a Pastoral Operária desde o seu surgimento buscou mobilizar os trabalhadores por meio de cursos, seminários, palestras e boletins informativos. No Espírito Santo, os agentes da PO produziram por mais de duas décadas o Boletim Ferramenta (surgido em 1977). Para o autor, a atuação da Pastoral Operária tinha como objetivo a busca incessante da autonomia de homens e de mulheres assalariados.

Na PO, o processo de formação da consciência do trabalhador se dava com os valores cristãos e a consciência de classe deveria seguir os critérios do Evangelho, da História da Igreja e da Teologia. “Seguindo esses critérios, acreditava-se que os trabalhadores se tornavam amadurecidos e preparados tanto para o engajamento em movimento operário quanto para o ativismo político na sociedade” (SILVA, 2020, p. 60).

Em sintonia com o contexto brasileiro, no Espírito Santo, na década de 1970, a Juventude Operária Católica (JOC), a Pastoral Operária (PO), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram a base de trabalhadores que não tinham como se expressar. Eriliane Silva (2013, p. 78) reforça que a PO surgiu na Arquidiocese de Vitória no ano de 1974 e estendeu seus trabalhos às demais dioceses do Espírito Santo, com o intuito de levar reflexões de cunho transformador para o mundo operário.

A Pastoral Operária aliada à Comissão Pastoral da Terra, fazia um trabalho de base com trabalhadores dos setores urbano e rural, despertando a consciência política nos mesmos. Em 1974, a arquidiocese lançou um documento chamado “Pistas Pastorais”, elaborado pelo Conselho Pastoral da Arquidiocese de Vitória (COPAV), no entanto, essas pistas não tinham

linguagem popular. Posteriormente, com o auxílio de Frei Betto³, o documento foi traduzido para uma linguagem mais acessível (SILVA, 2013, p. 79).

O então bispo da Arquidiocese de Vitória, Dom João Baptista da Motta e Albuquerque e seu auxiliar, Dom Luis Gonzaga Fernandes, foram referências para a Igreja em todo o Brasil. Especialmente no que tange colocar em prática as mudanças propostas e pensadas durante o Concílio Vaticano II.

Além de produzir importantes veículos de comunicação com o aval da Igreja, como o próprio Ferramenta, Dom João Albuquerque e Dom Luis Fernandes perceberam a necessidade das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, de receberem assessoria política qualificada. Eles foram incentivadores e abriram espaço dentro da igreja para que manifestantes ligados à Pastoral Operária e a outros inúmeros movimentos pudessem debater sobre a realidade e as mazelas que atingiam especialmente a classe trabalhadora e os mais vulneráveis.

Com acesso aos documentos do Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS, é possível avaliar que as movimentações ocorridas dentro da Igreja e os agentes ligados às pastorais desta não ficaram alheios à vigilância militar. Ao analisar os arquivos entre 1964-1985 são diversos os materiais confiscados e/ou mapeados pelos agentes militares. Padres, bispos e manifestantes da Igreja foram vigiados e taxados de “esquerdistas” e “comunistas”. As ações destes, por sua vez, eram documentadas como “ideias subversivas”.

De acordo com Erilaine Silva (2013, p. 79), a partir da segunda metade da década de 1970, em meio à intensificação do êxodo rural e o fortalecimento das CEBs no estado, os órgãos de segurança passaram a intensificar a vigilância sobre entidades e movimentos de contestação. Por causa da tortura que se legitimava como base do regime civil militar, a Igreja, e de forma específica a Igreja capixaba, passou a fomentar grupos de reflexão que questionavam a legitimidade governamental. “Mesmo com o processo de distensão política iniciado em 1974, se percebe claramente que os militares sentiam-se ameaçados politicamente com as atividades e eventos como os que aconteciam sob a coordenação da Arquidiocese de Vitória e da Diocese de São Mateus”.

³ Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, nasceu em 25 de agosto de 1944, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Frade Dominicano adepto da Teologia da Libertação foi um importante militante na luta contra a ditadura militar e coordenador de Mobilização Social do programa Fome Zero. Em 1957, ingressou na Juventude Estudantil Católica, e, em meados de 1963, tornou-se presidente da instituição. Durante a ditadura militar, apoiou o grupo armado Ação Libertadora Nacional (ANL), que tinha Carlos Marighella como líder. Frei Betto foi preso duas vezes e, ao sair da prisão, residiu numa favela em Vitória (Espírito Santo) por recusar-se a sair do país. Nas décadas de 1970 e 1980, trabalhou para construir as Comunidades Eclesiais de Base, na Arquidiocese de Vitória. No mesmo período, assessorava a Pastoral Operária em São Bernardo do Campo.

Há ainda que se ressaltar que, enquanto o país assistia à gênese do que viria a ser as grandes greves no ABC Paulista, em São Paulo, no Espírito Santo diversos movimentos grevistas também surgiram abarcando categorias como a construção civil. Com a repressão, a censura e as prisões, os tradicionais locais de encontro e mobilização saíam de cena e, no lugar destes, entrava o espaço eclesial e as igrejas como ponto de encontro. Assim, no Espírito Santo (e em outros estados brasileiros) a criação da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores perpassou pelas mobilizações que aconteciam dentro da própria Igreja.

No próximo tópico poderemos discutir como esse processo de industrialização e de transformações dentro da Igreja Católica influenciou as mobilizações ocorridas a partir dos anos de 1970. É possível lançar luz também sobre como a Pastoral Operária se estrutura no período e como, a partir dela, os capixabas se organizam no mundo do trabalho e lutam pelas diversas reivindicações que os atingiam diretamente.

Os atores da História: narrativas sobre a Pastoral Operária no Espírito Santo

Marieta Ferreira (2002, p. 327) esclarece que, na recuperação da história dos excluídos, os depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos, como também constituir-se em instrumentos de construção de identidade e de transformação social.

Assim, refletir sobre a Pastoral Operária no estado do Espírito Santo perpassa por visualizar os produtos comunicacionais distribuídos no seio da Igreja, como o folheto Caminhada⁴ e o Boletim Ferramenta⁵, mas, também, de se voltar às inúmeras narrativas que não encontraram ressonância - seja no circuito dos meios de comunicação de massa tradicionais, ou nos próprios veículos produzidos no âmbito dos movimentos sociais.

Nos voltamos assim, para a História Oral como metodologia para compreensão do contexto circunscrito nos tópicos anteriores. Como apontam Raylane Barreto, Ilka Mesquita e Laisa Santos (2013, p. 85) a história oral é concebida como uma metodologia que instiga à produção de narrativas, à compreensão dos contextos, instituições e experiências vividas e, sobretudo, que permite a produção da tessitura historiográfica vivificada pelo diálogo.

⁴ Folheto de caráter litúrgico produzido com o intuito de auxiliar nas realizações de missas, celebrações e demais atividades da Igreja.

⁵ Boletim produzido entre 1977 até o início dos anos 2000. Circulava como “Informativo da Arquidiocese de Vitória para o mundo operário”. Em suas páginas a Pastoral Operária buscava, à luz do evangelho, trazer para o trabalhador questionamentos e reflexões sobre a qualidade de vida (ou falta dela), o trabalho, o transporte, a repressão e demais problemáticas que afetam diretamente a sociedade.

Para este trabalho foram entrevistados integrantes da Pastoral Operária, que viveram ativamente o êxodo rural produzido pela industrialização capixaba e suas consequências - como a insalubridade e as condições de vidas precárias - e o vigário geral da Arquidiocese de Vitória, padre Ivo Amorim, - que nos permite compreender mais sobre as transformações da Igreja no período.

Amorim é natural de Iúna, região do Parque Nacional do Caparaó, interior do Espírito Santo. Nascido em 1956, vivenciou em seu processo formativo a Igreja recebendo novas roupagens em suas formas de agir e, especialmente após a ditadura, novas maneiras de ingressar na luta pela justiça social e os direitos humanos.

Ao ser questionado sobre a estrutura da Pastoral Operária e como podemos pensá-la no âmbito da Igreja ele esclarece que:

É pastoral mais antiga [...] seria a presença profética da Igreja junto aos trabalhadores operários...então a Pastoral Operária foi o braço estendido da Igreja no mundo dos trabalhadores. Então a Pastoral Operária nasce como uma pastoral de amparo, podemos dizer assim, de apoio, ser assim, uma espécie de fórum de reflexão e de ajudar a sociedade. A mística do ser cristão no mundo do trabalho. Ser cristão no mundo do trabalho (AMORIM, 2023).

Assim como encontramos na literatura sobre o período, padre Ivo Amorim reforça que toda a mobilização que surge no Espírito Santo apoiada na Pastoral Operária não ficou à margem da fiscalização dos militares. O ambiente era de carências das mais diversas e as tentativas de embate eram silenciadas pela brutalidade militar:

[...] então uma das consequências da perseguição foi no tempo de Dom João, que foi o fechamento da Rádio Capixaba [...] período complicado, período da repressão né... então é um período assim, de presença muito forte ora dos trabalhadores que se juntavam para manifestações, para conquistar seus direitos, melhorias no salário, melhorias nas condições de trabalho e a repressão da polícia. Então tinha manifestações que a gente participava que a gente ficava “meu Deus, até quando a gente vai suportar essa pressão né?”. É óbvio a gente sentia vontade de ir, a gente ia para as ruas e aí o padre Gabriel ⁶ tinha uma presença muito forte. Ele dizia que a gente não pode ficar de cima do seminário olhando os navios né”, a gente precisa estar presente nas lutas... tinha muitas pessoas que apanhavam nas ruas, apanhavam literalmente... porque a repressão era muito forte, né (AMORIM, 2023).

Quem também atuou no período e testemunhou as transformações ligadas ao processo de industrialização capixaba foi Elza Mariano do Nascimento, nascida em 1960 e que

⁶ Padre francês, Gabriel Maire, o Gaby. Chegou ao Brasil em 1980. Sua atuação no Espírito Santo, especialmente em Cariacica (cidade da Região Metropolitana da Grande Vitória), foi marcada pela intensa participação nas Comunidades Eclesiais de Base (Cebs). Maire incentivava a organização popular como forma de mobilização para garantia de direitos, dignidade e qualidade de vida. Incentivou a criação de movimentos de mulheres, foi essencial nos movimentos de moradia e de juventude, como a Juventude Operária Católica, a JOC. Foi executado no dia 23 de dezembro de 1989.

começou a participar da Pastoral Operária em 1982, na comunidade de sua região, Comunidade Sagrado Coração de Jesus, em Vale dos Reis, Cariacica, Espírito Santo.

Nascimento esclarece como se tornou secretária da organização e como esta se organizava:

Eu aceitei e fui participar de alguns encontros da Pastoral Operária e, assim, já em 1986, eu fui para a secretaria da Pastoral Operária na Arquidiocese de Vitória, né... então eu era secretária né, da Pastoral Operária a nível de estado. Porque tínhamos Pastoral Operária em Cachoeiro, Colatina, São Mateus e na Arquidiocese de Vitória. E aí eu articulava a questão de todo o material que circulava que já era o boletim Ferramenta, a distribuição desses boletins que iam para os trabalhadores da diocese e fazia o trabalho de articulação dos encontros - tinham encontros a nível estadual, a nível de encontro de base na Grande Vitória, das coordenações (NASCIMENTO, 2023).

Outro agente que vivenciou o período e, ainda hoje, participa da Pastoral Operária é Josias Baratta de Almeida, mecânico aposentado. Ele explica que ingressou para o grupo após 1982, com o nascimento do terceiro filho. Como tinha que batizar a criança, passou a participar da comunidade do bairro e lá recebeu o convite. “E, daquele dia em diante não saí mais, atuando e trabalhando na Pastoral Operária”.

Por conta do êxodo rural, a região metropolitana passou a concentrar um contingente de mão de obra com pouca ou nenhuma qualificação. Dessa forma, a fim de conscientizar as pessoas, a Pastoral Operária buscou sempre ter um caráter pedagógico em suas reuniões e seus materiais. Josias Almeida esclarece:

Nós discutíamos sobre trabalho, era... tem um livrinho que fala sobre a Pastoral Operária... vinha livrinhos para a gente estudar. Na época, quando surgiu, a Pastoral Operária passou a ser a ACO e CPO e depois passou a Pastoral Operária. Era ACO, CPO e assim começou a história. E nós ficamos lendo as histórias que tem e que passam para a gente aprender. Nós líamos esses livros e estudava...(ALMEIDA, 2023)

Elza Nascimento também comenta sobre a importância dos estudos dentro da Pastoral:

A Pastoral Operária nasce da igreja. É uma pastoral ligada ao mundo do trabalho que sai da Igreja. É um serviço né pra classe trabalhadora. E os evangelhos, se lermos eles nos impulsionam ir pra luta. Era iluminado pela palavra de Deus que fazíamos nosso trabalho, à luz da palavra de Deus. À Luz da vida de Jesus Cristo. Tem até um livro que fala assim “a história do povo de Deus”. A gente fazia muito estudo bíblico. A Pastoral Operária fazia muito estudo bíblico e através dela fazia a sua, seu anúncio e a denúncia do que tava certo e tava errado. A gente fazia muita ligação da fé com a vida. Tínhamos o método “ver, julgar e agir”. O ver, através da palavra de Deus. O julgar, aquilo através da Palavra e agir, como testemunho do que estava professando.

Os dois agentes da Pastoral Operária reforçam as dificuldades de mobilização encontradas graças à repressão do governo ditatorial. Para Josias Almeida:

Era muito difícil mesmo, porque naquela época, quando começou a Pastoral Operária, existia a ditadura e a ditadura, era... era uma coisa que prendia as pessoas. Proibia. A pessoa não tinha direito nem de conversar na rua. Parece duas pessoas no meio da rua eles eram apreendidos... entendeu? A gente era corrigido: 'ó, sobe, sobe, sobe pra casa', porque era assim que acontecia... era uma situação muito difícil. Dentro de empresa a pessoa, nós... eu passava o Ferramenta pra companheiro escondido. Eu pegava duas, três, quatro Ferramenta, colocava dentro da bolsa, chegava lá, passava para o companheiro e ele pegava lia e dizia: "muito bom, vou fazer parte com vocês e tal"... Era dessa maneira. Até se o chefe visse a gente passando um negócio desse prendia a gente também. Dava até suspensão. E não era fácil não, naquela época (ALMEIDA, 2023).

Para Josias de Almeida, mesmo que as reuniões tivessem que ocorrer de forma clandestina por conta da ditadura, o fato do próprio bispo da época, Dom João Batista acolher as pessoas fortalecia o movimento. "Ele acolheu e ele lutou. Inclusive ele soltou aquela palavra: "só o povo que salva o povo". Ele falou e foi um bispo de garra" (ALMEIDA, 2023).

Elza Nascimento também destaca que, ao longo dos anos de 1970 e 1980 as conversas tinham que ser no "pé de ouvido". "Naquela época não podia falar muito de se organizar porque a repressão era muito grande, então era no pé do ouvido. Então ia conscientizando os trabalhadores, não podia falar, não podia se reunir, era no pé de ouvido mesmo que se organizava os trabalhadores" (NASCIMENTO, 2023).

Sobre a situação do mercado de trabalho Nascimento ainda reforça que:

E aí, a situação nessa época era de muita escravidão, né. Muitas pessoas vinham para cá, para conseguir emprego. Na década de 1980 houve os grandes projetos aqui no Espírito Santo. Esses Grandes Projetos trouxe muita gente do êxodo rural. E essas pessoas ficavam em Cariacica, que era o dormitório dos trabalhadores, uma parte em Vitória com a expansão de São Pedro - houve as ocupações e o pessoal ficava mais próximo do trabalho, ia pra Vale, pra Aracruz Celulose (NASCIMENTO, 2023).

Mesmo correndo riscos, Elza Nascimento salienta que não havia outra ação a ser tomada senão a de lutar:

[...] aí teve várias greves né, nessa época. Greve da construção civil, eleições sindicais, onde muitos sindicatos que eram pelegos, na época falavam que eram pelegos, os da direita, vieram para a mão do próprio trabalhador... construção civil era um exemplo, foi uma luta para tirar o sindicato da mão dos pelegos. Tivemos várias participações da Pastoral Operária. no momento em que eramos vigiados, fizemos inúmeras vigílias contra o desemprego na Catedral, fizemos coleta de cestas básicas na época que o pessoal estava sendo desempregado... era uma época de muita pobreza né... eu participava das reuniões de sindicato pra ver como que as coisas estavam. (NASCIMENTO, 2023).

Relatos como de Josias de Almeida e de Elza Nascimento auxiliam a compreender o ambiente de uma Igreja combativa a partir dos anos de 1970. Se em 1964 setores desta

estiveram ao lado da instauração do golpe militar, foi com o endurecimento do regime que a instituição passou a ser porta-voz dos excluídos e marginalizados.

Considerações finais

O modelo de desenvolvimento e de industrialização ocorrido no Espírito Santo trouxe inúmeras consequências negativas, especialmente àquele que era o chão de fábrica - o operário, o trabalhador. Ao longo do século XX milhares de capixabas buscaram com o êxodo rural a ascensão e a melhoria de vida. Na contramão do sonho, encontraram uma região metropolitana sem estruturas para recebê-los. Os empregos eram repletos de insalubridades e as condições de moradias precárias.

Aliado ao crescimento urbano desenfreado estava o contexto militar, a censura e a repressão. Em um período em que os sindicatos e os movimentos sociais eram vigiados pelos militares, foi na Igreja que manifestantes encontraram espaço. Nas Comunidades Eclesiais de Base fiéis puderam compartilhar as dores do dia a dia e organizar as mobilizações por melhores condições de vida.

Em um período em que as precariedades eram inúmeras, coube à Igreja não só o consolo espiritual de seus fiéis, mas refletir com eles, à luz do evangelho, as problemáticas que compreendiam a vida do trabalhador. Por meio dos boletins, folhetins e do encorajamento “no pé do ouvido” militantes encontraram no espaço sagrado a possibilidade da organização, da reflexão e do embate.

Referências

ANDRADE, Luis Antônio Evangelista de. A modernização do Espírito Santo nos anos 1970 e 1980 e a crise fundamental do capital: um exame a partir do setor de papel e celulose no âmbito dos “Grandes projetos”. **GEOgrafia**, 23(50), (2001). Disponível em: <doi.org/10.22409/GEOgraphia2021.v23i50.a45880>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

AUGUSTO, Adailton Maciel. Pastoral Operária e factibilidade utópica. **Revista de Cultura Teológica**, n. 23, p. 55-67, 1998.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; DE MESQUITA, Ilka Miglio; SANTOS, Laisa Dias. História oral: metodologia constitutiva de narrativas históricas. **Revista NUPEM**, v. 5, n. 8, p. 69-89, 2013.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de; GONÇALVES, Thalimar Matias. Produção do espaço urbano da Serra-Espírito Santo: estratégias recentes da construção imobiliária. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 8, n. 17, p. 69-78, 2009.

DADALTO, Maria Cristina; SILVA, Madson Gonçalves da. ESPÍRITO SANTO: TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS PARA A CIDADE. **Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST**, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 3, p. 314-332, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de Assis. **Pastoral Operária de Uberlândia**: uma luta histórica no seio de uma instituição conservadora. 1993. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1993.

RODRIGUES, Cátia Regina. Dom Paulo Evaristo Arns e as pastorais sociais. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 41, 2010.

SANTOS, Carolina Julia Pinto dos; ANGELO, Vitor Amorim de. A construção da memória positiva da ditadura no Espírito Santo (1964/1985): o papel do empresariado. **Em Tese**, v. 16, n. 2, p. 67-82, 2019.

SILVA, Erilaine Ribeiro da. **Fé e repressão política** : atuação de militantes cristãos católicos sob o olhar da delegacia de ordem política e social do estado do Espírito Santo –DOPS/ES (1974 – 1985). Dissertação de mestrado. 2013. 182 f. : il.

SILVA. Luiz Fernando Mangea da. **Igreja Católica e movimento operário no contexto da transição democrática**: a trajetória da Pastoral Operária (1975-1990). Seropédica, RJ. 165 p. Tese (Doutorado em História, Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.